

*“A agenda em implementação por aqueles que chegaram ao poder por meio do impeachment é uma agenda impopular que jamais teria respaldo nas urnas”*

## FLÁVIA BIROLI

Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira

---

Flávia Biroli é doutora em História pela Unicamp e, desde 2005, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). É pesquisadora do CNPq, coordenadora da área “Gênero, Democracia e Políticas Públicas” da Associação Brasileira de Ciência Política e membro do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil da ONU-Mulheres no Brasil. Publicou dezenas de artigos sobre meios de comunicação e democracia, gênero e política e teoria política feminista. Dentre seus livros destacam-se *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia* (Unesp, 2011, com Luis Felipe Miguel); *Feminismo e Política* (Boitempo, 2014, com Luis Felipe Miguel); *Autonomia e desigualdades de gênero* (Eduff e Horizonte, 2013); *Família: novos conceitos* (Ed. Fund. Perseu Abramo, 2014).

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu entendo que houve um golpe no Brasil e a maneira mais clara de entendermos esse golpe é compreender que houve uma mudança das regras do jogo enquanto o jogo estava em andamento. Mudanças promovidas por aquelas pessoas e grupos que estavam em desvantagem sendo essas as regras da competição democrática. Em minha opinião, o principal motivo do golpe é o fato de que a agenda em implementação por aqueles que chegaram ao poder por meio do impeachment é uma agenda impopular que jamais teria respaldo nas urnas. Não teve e não teria caso fosse testada novamente em 2018.

Não acho que a gente ganhe anulando ou suspendendo nas nossas compreensões os erros do Partido dos Trabalhadores e da Presidenta Dilma em seu governo. Mas para mim, o ponto central do problema é que existe um conjunto de medidas que prevalecem hoje na agenda de quem passou a ocupar o governo após o impeachment que não teriam aprovação nas urnas, como a pauta pela redução do Estado, implicando redução dos direitos sociais; e a política ampla de privatização, sem de fato mexer no modo como a relação entre interesses privados e Estado se configura, ocasionando uma corrupção sistêmica. Essas duas medidas, em conjunto, são exemplos

daquilo que não ganharia apoio popular e acabou tendo sua implantação forçada por meio de uma ruptura no processo democrático brasileiro.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Esse processo foi sendo construído ao longo do tempo. Ele começou - a gente pode pensar em diferentes começos - mas o processo específico de organização desse impeachment começou assim que a candidata Dilma Rousseff venceu as eleições em 2014 por meio da construção de um enquadramento para essa vitória e para os problemas existentes hoje na política brasileira. Nesse sentido, os meios de comunicação têm sido fundamentais na construção de um entendimento, para nós, do que está em jogo na política brasileira hoje. Eles têm sido fundamentais na definição da corrupção como a temática central, deixando à margem toda a problemática de direitos e de redistribuição de renda. A mídia foi muito importante na construção do entendimento de que seria preciso afastar Dilma Rousseff para se retomar aquilo que seria o mais importante nesse momento, ou seja, o equilíbrio das contas do Estado brasileiro e a retomada do crescimento econômico.

Quando discutimos mídia, acabamos focando nossas atenções no apoio das empresas de comunicação a um ou outro candidato, seu alinhamento a um ou outro partido, mas como mostram muitos estudos, o que garante à imprensa um poder fundamental é a sua capacidade de construção de enquadramentos sobre as disputas. No caso do contexto político pelo qual passamos, foi um enquadramento desfavorável à própria democracia. Houve por parte da imprensa a construção de uma narrativa na qual a corrupção foi tema central, mas que não foi abordada como um problema sistêmico e sim como algo que se devia exclusivamente a um partido político.

Também houve a construção, por parte da mídia, de um roteiro no qual a economia prevalecia como imperativo sobre a problemática dos direitos sociais e da redistribuição de renda. Nós chegamos ao que chegamos por meio da construção de um ambiente político no qual os meios de comunicação foram atores fundamentais.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Entendo que em processos como esse em que estamos vivendo há várias motivações e várias representações da disputa política constituindo ao mesmo tempo os resultados que tivemos. Há desdobramentos que são uma convergência de disposições diferentes e de motivações diferentes. Não acredito que Dilma Rousseff foi derrubada do poder por ser uma mulher, mas acredito que é fundamental o fato de que ela é uma mulher - a primeira mulher a ser eleita Presidenta da República - que foi deposta da maneira como tudo ocorreu. Digo com isso o seguinte: o sexismo e a misoginia foram o que levou ao golpe? Não. Mas o sexismo e a misoginia estiveram presentes no golpe? Sim, sem dúvida.

O sexismo e a misoginia atravessaram toda a construção do entendimento de quem era Dilma Rousseff nesse processo, do entendimento de que ela não teria competência para conduzir o País em meio a essa crise econômica e política que vivemos. Toda a forma de reação assumida pelos atores políticos e sociais passava por um rebaixamento da capacidade política dela como mulher. E nos meios de

comunicação comerciais houve uma forte retomada de discursos sexistas sobre a atuação de mulheres na política que vinham se tornando cada vez mais fracos ou mesmo ausentes nos últimos anos.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

O sexismo atravessa quase todas as relações em uma sociedade como a nossa, mas os discursos misóginos - que anulam as mulheres como sujeitas igualmente competentes na política, que as definem como portadoras de características que não seriam adequadas para a atuação na política - vinham ao longo do tempo tornando-se mais fracos e muitas vezes quase desaparecidos da programação da mídia empresarial. As narrativas enunciadas durante o processo de impeachment nos mostraram que os discursos misóginos não estavam, de maneira alguma, neutralizados. Houve várias reportagens na qual a presidenta Dilma Rousseff foi caracterizada de acordo com os estereótipos mais convencionais de gênero, aqueles que recusam a condição de atrizes políticas às mulheres. Exemplos são os discursos sobre a incapacidade das mulheres terem equilíbrio ao tomar decisões; incapacidade de reagirem de maneira racional às pressões; incapacidade de liderança porque estariam sempre atreladas a projetos de outros atores políticos homens. Então isso permeou, imagética e discursivamente, o que esteve presente na construção desse ambiente político.

Dilma Rousseff foi atacada como mulher dentro do Congresso Nacional por diferentes atores políticos que compuseram o espectro da direita e também no material que circulou nos meios de comunicação, o que contribuiu sobremaneira para a construção de um enquadramento que definia caminhos específicos para a solução da crise e que definia Dilma Rousseff como incapaz de trilhar esses caminhos. Não houve uma discussão sobre no que esses caminhos implicavam em termos de projeto para o Brasil. É como se houvesse apenas uma solução e alguns agentes competentes para executá-la. Nesse sentido, Dilma – enquanto mulher, petista – não seria capaz de liderar esse processo.

“Tchau, querida” é um exemplo de slogan que representava essa campanha pelo impeachment, muito presente e desdobrado em imagens, charges e outros suportes. Há uma que me chamou muito a atenção que é Dilma saindo do Palácio do Planalto e andando em direção ao Palácio da Alvorada, nua, com a marca de um chute nas nádegas acompanhada dos dizeres “Tchau, querida”. É interessante que, para além das formulações das charges e das reportagens, as próprias imagens, as próprias fotografias do processo de impeachment, mostravam a composição masculina do Congresso Nacional a olho nu e a ironia marcada no “Tchau, querida” como uma forma de expressar o que seria um modo coloquial de tratamento entre mulheres colocado contra uma mulher quando ela se desloca do espaço das relações cotidianas e assume uma centralidade na política.

Por outro lado, não tenho uma análise sobre casos de misoginia no Judiciário durante esse processo, embora se trate de um Poder que se configurou, assim como em outros contextos semelhantes em nossa história, como peça fundamental para o estabelecimento dos registros e das balizas da nova ordem política instituída no Brasil.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Nós devemos pensar essa questão em duas frentes complementares entre si. A primeira é o tipo de diálogo que pode haver entre um governo como esse (Temer-PSDB) e os movimentos de mulheres e movimentos feministas. A segunda é referente à dimensão simbólica do fato e diz respeito ao modo como a política é vista e ao pertencimento ou não das mulheres nessa configuração.

Começarei então pela primeira. O que nós tivemos nas últimas décadas foi mais do que a chegada de uma mulher à Presidência da República. A chegada de Dilma à Presidência em 2010 é um elemento importante, sobretudo do ponto-de-vista simbólico, mas é um elemento que se insere em um conjunto de avanços relativos aos direitos das mulheres no Brasil. Mencionarei rapidamente dois, que são a legislação relativa à violência doméstica contra as mulheres e a legislação que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos de outras trabalhadoras e trabalhadores. São três marcos. Há outros elementos na construção de políticas públicas que trazem a problemática da desigualdade de gênero como uma problemática central, como a compreensão da maneira pela qual a ação ou a inação do Estado impacta especificamente as mulheres. Então, o Estado brasileiro ganhou, nos últimos anos, uma perspectiva mais forte de gênero na formulação de suas políticas.

Isso tem a ver com o fato de que, embora não tenhamos tido um aumento significativo no número de mulheres eleitas, tivemos uma maior presença de mulheres junto ao Estado, construindo políticas públicas e marcos de balizamento a partir das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, mas não restritas a esses espaços. Quero dizer que as mulheres estiveram presentes, ainda que em uma posição relativamente marginal, mas estiveram presentes de uma maneira muito mais capilar do que em governos anteriores. Numa ação muito limitada, claro, pelos imperativos da governabilidade, do próprio Partido dos Trabalhadores, pelo modo como as alianças foram construídas dentro do Congresso Nacional, mas que foi ainda assim muito mais qualificada e muito mais singular frente ao que tivemos em governos anteriores.

Quando Michel Temer assume o governo, a composição ministerial sem mulheres e sem pessoas negras ou LGBT é a expressão mais clara da ruptura de diálogo com os movimentos sociais. Então esses grupos, que estiveram presentes na construção de políticas públicas, ainda que em uma posição não central e de não protagonismo, mas que tiveram a oportunidade de estar presentes ao longo desses anos, são imediatamente excluídos do diálogo e da possibilidade de serem sujeitos atuantes no contexto político emergente do Executivo. Dessa perspectiva, o golpe contra Dilma Rousseff é um golpe contra o movimento de mulheres, contra os movimentos negros e outros movimentos organizados. É uma redução da possibilidade de uma representação dos interesses de mulheres, da população negra, assim como da população LGBT, na formulação de políticas de Estado. Há hoje uma absoluta marginalização, especialmente com o avanço conservador que se intensifica com a chegada de Temer ao poder. Temos, então, um alijamento desses atores políticos.

A outra frente, de dimensão mais simbólica, diz respeito ao fato de que a primeira mulher que chega à Presidência da República termina com uma campanha

ostensiva de desconstrução da sua competência política como presidenta, como mulher de centro-esquerda, como mulher política. Então, aquele recado que foi dado quando uma mulher se elegeu a Presidência da República, que era “vejam meninas de todo o Brasil, uma mulher pode ser até Presidenta da República”, foi desconstruído nesse processo. E o maior exemplo é a composição ministerial sem mulheres, o que representa o recado inverso, dizendo a todo o País: “vejam, a política é um espaço de homens, um espaço de homens brancos, em que as negociações são feitas de forma a excluir as mulheres, sua possibilidade de expressão e sua atuação de maneira que podem ser idênticas às dos homens”. Isso representa a exclusão física e simbólica dos corpos das mulheres de maneira muito concreta. A dimensão simbólica da presença dos corpos das mulheres na política é uma dimensão muito importante, porque nós temos um processo histórico em que a política é feita de homens, ou seja, de corpos, da perspectiva e da vivência masculina.

Existe, inclusive, uma reconfiguração que retoma a visão convencional do papel das mulheres, que é um papel de apoio e de retaguarda a partir do seu lugar tradicional na esfera privada, ou seja, enquanto mulheres e como mães, representado na figura de Marcela Temer. O interessante é que Marcela Temer reforça simbolicamente a presença na sociedade brasileira de um lugar feminino restrito à esfera doméstica e significado pelos valores da vida familiar. E esse conjunto de valores é justamente o que permite que se julgue como sendo desviante a presença de mulheres na esfera pública. Há uma retomada da visão conservadora de que a mulher não pode atuar de maneira autônoma e desatrelada do seu papel como mãe e esposa.

Então a gente tem de fato, de maneira muito rápida, pistas de como está se dando essa reorganização que reage às mudanças nos papéis de gênero, repondo papéis convencionais. Nesse sentido, Marcela Temer e toda a perspectiva relativa à família e à infância que hoje prevalece na política brasileira significa uma retomada daquilo que vem sendo justamente reorganizado e deslocado ao longo dos anos. O que precisamos pensar é que os deslocamentos ocorrem no âmbito social. Nós não tivemos uma mulher chegando à Presidência da República e um fortalecimento das mulheres de maneira descolada de mudanças no cotidiano da sociedade. Então eu vejo esse processo político como uma reação às mudanças que estão presentes no cotidiano da sociedade no que diz respeito às condições de gênero e ao papel das mulheres. Isso prejudica de forma simbólica, material e nos recursos políticos necessários para que mudanças continuem a acontecer em direção a uma maior igualdade.

### **| Considerações finais**

Eu tenho pontuado muito a importância de entendermos o que existe de comum entre o projeto neoliberal - como esse que está sendo retomado no Brasil, de redução dos investimentos do Estado em equipamentos públicos e de redução dos direitos sociais - e o chamado conservadorismo moral, que hoje vem aparecendo na reação ao feminismo, ao que está sendo chamado de “ideologia de gênero”, que é justamente a problematização das desigualdades de gênero, que apareceu na forma de misoginia nas campanhas pró-impeachment, contra Dilma Rousseff. Nesse processo, ficou evidenciado todo o registro do conservadorismo moral na reação à presença de uma mulher na política.

A mudança nos papéis sociais de gênero depende de uma reorganização das relações no que diz respeito à divisão das responsabilidades, à divisão do trabalho entre mulheres e homens. E isso não se dá só no âmbito da casa, da intimidade, da vida doméstica, porque se não há algum tipo de apoio ou amparo do Estado na forma de políticas e equipamentos públicos como creches e escolas de qualidade, dados os arranjos atuais, as mulheres ficam muito fragilizadas. Isso porque, na ausência de equipamentos públicos, o que é ativado é a responsabilidade de alguém ter que cuidar dos filhos nos mais diferentes horários, cuidar das pessoas que estão doentes na família e de cuidar das pessoas idosas. A ideia de que a gente resolve isso na esfera privada é uma ideia muito equivocada. É preciso uma redefinição pela presença mais substantiva do Estado na divisão das responsabilidades sobre a infância, sobre a condição das pessoas idosas, sobre o cuidado dos doentes. Do modo como o arranjo é feito, dada a divisão sexual do trabalho e a divisão sexual do cuidado, quando o Estado recua, chama-se novamente as mulheres a assumirem a sua posição tradicional de cuidadoras, de trabalhadoras em funções não remuneradas, o que implica em uma maior dificuldade para se colocarem na esfera pública, no mundo do trabalho e na política.

Há uma questão sobre a qual se fala muito pouco que é o entendimento do tempo como um recurso fundamental para a política. Se as pessoas não têm tempo para participar de reuniões, para conversar com outras pessoas, compartilhar os seus problemas e entender que há interesses comuns, a atuação política se torna muito mais improvável.

Como as mulheres não apenas trabalham muito mais do que os homens, como não são remuneradas por boa parte do trabalho que realizam, a gente tem no tempo um fator de desvantagem, porque o tempo livre das mulheres é menor. O tempo para algo que não o trabalho doméstico ou o trabalho remunerado fora de casa é menor do que o dos homens. Então esse é um fator político importante.

Quando o Estado se encolhe, há uma pressão para que as mulheres assumam mais responsabilidades que poderiam e deveriam ser partilhadas, especialmente em sociedades mais igualitárias.

Ao mesmo tempo em que todo o eixo da agenda do novo governo é alterar a Constituição para o encolhimento dos direitos sociais e de investimentos de Estado, portanto, de recuo na construção de equipamentos públicos que poderiam significar uma divisão melhor do trabalho entre homens e mulheres, vemos aflorar também um discurso conservador de retomada da família, que implica uma retomada do modo convencional de funcionamento das relações internas ao núcleo familiar. Há mais do que homofobia e sexismo no sentido dos valores. Há uma recolocação da família como unidade privada e responsável por tudo aquilo de que o Estado se esquiva. E quando se constrói o ideal de família como unidade privada e responsável por atuar nas esferas em que o Estado deixa de atuar, está se trazendo de volta um funcionamento familiar em que as mulheres são aquelas que irão assumir essa sobrecarga do trabalho.

Menos investimento na Saúde significa redução de programas relativos à população idosa. Quem vai cuidar de idosos que terão menor possibilidade de serem atendidos ou de terem uma internação necessária nos hospitais? Dada a divisão sexual do trabalho atual, se esse cuidado se der no âmbito familiar, pelos dados que nós temos, a probabilidade de que serão mulheres é enorme.

Então a gente tem no discurso moral de defesa da família um complemento ao recuo do Estado na forma de equipamentos públicos. É nessa complementariedade entre neoliberalismo e discurso moral conservador familista que está a ação para se recolocar as mulheres no seu papel convencional de mães e esposas, reduzindo a possibilidade da sua atuação no ambiente público e na esfera da política. Nesse sentido, o golpe foi um grande facilitador.